



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório e Parecer

Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI, relativo às Orientações de Médio Prazo 2016-2020, Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI, relativo ao Plano Anual Regional para 2017 e Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI, relativo ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017.

1 de março de 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 724	Proc. n.º 102/2/XI
Data: 01/03/17	N.º 102/3/XI
	102/4/XI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 2/XI, RELATIVO ÀS ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2016-2020, DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 3/XI, RELATIVO AO PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2017 E DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 4/XI, RELATIVO AO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANOS DE 2017.

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 21 de fevereiro de 2017, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda da reunião constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional com competência em matérias da competência da Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI, relativo às Orientações de Médio Prazo 2016-2020, Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI, relativo ao Plano Anual Regional para 2017 e Decreto-Legislativo Regional n.º 4/XI, relativo ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017.

As supramencionadas Propostas foram enviadas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho no dia 15 de fevereiro, com data limite de emissão de parecer sectorial e envio à Comissão de Economia até dia 1 de março de 2017.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas *h)* e *i)* do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 janeiro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea *p*) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas *b*) e *c*) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela citada Lei n.º 2/2009.

Na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público, e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional da Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, a matéria em apreço é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, a apreciação e emissão parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento para o ano económico de 2017, assim como as Orientações de Médio Prazo para o quadriénio 2016-2020, nas seguintes matérias:

- Trabalho e Formação Profissional;
- Comunicação Social;
- Ordenamento do Território;
- Ambiente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

A apreciação das propostas foi acompanhada da audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria.

a) Audição do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores

O **Vice-Presidente do Governo Regional** inicia a sua intervenção referindo-se à dificuldade de separação das componentes associadas ao Trabalho e ao Emprego [que não é matéria da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho], sendo que o Trabalho não tem uma expressão prática em termos orçamentais, mas sim ao nível da estratégia global. Refere que a matéria com maior expressão no âmbito da Comissão é a atividade da Inspeção Regional do Trabalho, apesar da mesma não ter uma expressão direta ao nível de dotação no Plano. Nesse âmbito o governante informa a Comissão de que em 2017 se prevê um reforço de 50% nas ações inspetivas a desenvolver relativamente às realizadas em 2016, ano em que foram detetadas 600 situações que careceram de regularização em termos laborais, das quais 73% foram regularizadas, num universo de 2573 ações efetuadas, sendo que destas, 1750 se relacionaram diretamente com situações laborais e as restantes referentes a higiene e segurança no trabalho.

Ao nível dos pedidos de esclarecimentos, o Presidente da Comissão, deputado **Francisco Coelho (PS)** questiona sobre a componente da Formação Profissional ao nível do sector privado associado às escolas profissionais, tendo o **Vice-Presidente** referido que esta é uma componente associada à Educação, fora do âmbito das competências da Comissão.

O Deputado **António Viveiros (PSD)** aborda a questão associada à integração de pessoal nos quadros da Administração Pública, questionando sobre a estimativa do número de trabalhadores abrangidos e se essa integração abrangerá os trabalhadores dos Hospitais da Região. Apesar de esta não ser matéria direta da Comissão, o **Vice-Presidente** refere que ao nível da integração de trabalhadores nos quadros dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Hospitais, tendo em conta que se regem pelo Código do Trabalho desde 2007, se aplica o automatismo legal existente, que promove a integração de trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho ao fim de três anos. Relativamente ao número exato de trabalhadores a integrar, refere que não poderá adiantar esse número, tendo em conta que dependerá da data de publicação do Orçamento da Região. Acrescenta que foram introduzidas alterações relativamente ao anúncio feito aquando da discussão do Programa do Governo, que incutem mais justiça à norma que define essa integração. Por fim, refere-se às situações dos médicos que poderão não estar interessados em serem integrados nos quadros das Unidades de Saúde em que prestam serviço.

O deputado **João Corvelo (PCP)**, questiona sobre o modo como serão utilizados os 300 mil euros previstos para a Inspeção de Trabalho, tendo o **Vice-Presidente** referido que esse valor se inclui em Outros Fundos, que não tem uma aplicação direta ao nível do Plano, sendo que o funcionamento da Inspeção de Trabalho se inclui nos termos do Orçamento, informando ainda que este departamento viu o seu quadro de pessoal aumentado como forma de potenciar as ações inspetivas previstas no Plano de Atividades que, em 2017, serão incrementadas em 50%.

O deputado **João Corvelo (PCP)** questiona ainda se o valor inscrito em anos anteriores foi executado na totalidade, tendo o **Vice-Presidente** referido que a análise global tem que ser realizada nos termos do Orçamento e não individualmente ao nível dos Outros Fundos, que é uma dotação sem expressão orçamental ao nível de inscrição do Plano.

O deputado **Alonso Miguel (CDS-PP)** questiona sobre as receitas da Inspeção Regional de trabalho, referindo o **Vice-Presidente** que existe uma afetação de recursos ao nível da segurança social, sendo que uma parte substancial das coimas aplicadas se reflete na reposição aos trabalhadores das infrações detetadas, referindo que todos esses dados se encontram disponíveis no Plano de Atividades da Inspeção.

O **Presidente da Comissão** informa que a Inspeção de Trabalho se insere na Administração Pública Regional em que os funcionários são pagos pela tutela, sendo que nos Outros Fundos se inserem as transferências da Segurança Social.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

O deputado **João Corvelo (PCP)** questiona se temos noção de quais serão as entidades que darão formação profissional em 2017, tendo o **Vice-Presidente** referido que ao nível da Administração Pública essa formação é dada pelo CEFAPA.

b) Audição do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Abordando as temáticas associadas ao mar, ordenamento e requalificação da orla costeira, assim como monitorização da sensibilização ambiental marinha, o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia iniciou a sua intervenção referindo-se à Orientações de Médio Prazo, dizendo que as mesmas refletem as orientações incluídas no Programa do Governo e permitem responder à estratégia de investigação e inovação associada ao mar. Refere as competências ao nível da Diretiva Quadro da água, nomeadamente as relativas às águas emersas costeiras, dando a indicação de que se continuará a insistir com o Governo da República para a definição de um acordo ao nível da Lei de Bases do Espaço Marítimo Nacional. Continua dizendo que a gestão da orla costeira é um objetivo permanente do Governo Regional no sentido de se valorizar as faixas costeiras e salvaguardar a segurança de pessoas e bens, referindo-se à existência de uma catalogação sobre as intervenções necessárias a executar e que serão desenvolvidas ao longo da legislatura. Informa a Comissão de que serão realizadas ações de sensibilização específicas para o meio marinho, referindo-se ainda às políticas relevantes que serão implementadas em conjunto com as restantes regiões da Macaronésia, bem como o desenvolvimento de uma maior interligação com os Parques Naturais de ilha. Refere que os dois maiores projetos da Secretaria Regional são a edificação da Escola do Mar e a sua entrada em funcionamento, bem como investimento associado à empreitada de proteção costeira da Barra, na ilha Graciosa.

Relativamente ao Plano Anual Regional para 2017, o Governante refere que o mesmo inclui muitos dos investimentos já referidos, referindo-se em concreto a projetos internacionais apoiados a nível comunitário em que a Região é parceira, à empreitada de construção da Escola do Mar, no Faial, à requalificação da Costa Norte de São Miguel, em Rabo de Peixe, à proteção do Porto Novo, no Corvo, à Baía do Fanal, na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Terceira, ao enrocamento da marginal de Vila Franca, em São Miguel e as intervenções na orla costeira da Maia, em Santa Maria.

O deputado **João Bruto da Costa (PSD)** solicita esclarecimentos sobre a proteção costeira da Barra, na ilha Graciosa, questionando se o Governo inscreve a totalidade da verba Plano para 2017 e se prevê terminar a obra este ano, questionando igualmente se está previsto investimento da parte da marina. Em resposta o **Secretário Regional** refere que existiram reclamações ao nível do concurso, que levaram a atrasos no início da empreitada, tendo-se a perspetiva de que a obra seja concluída este ano, referindo ainda que não está prevista outra verba para além da que está associada à realização dessa empreitada.

O deputado **João Corvelo (PCP)** questiona o Secretário Regional se serão colocadas as luzes de enfiamento do porto de Ponta Delgada, na ilha das Flores e retirados os blocos que estão na entrada do mesmo, tendo o **governante** informado [apesar da questão extravasar as competências da Comissão] que se verificou a falta de uma máquina na ilha que removesse os referidos blocos, estando atualmente essa situação ultrapassada. Relativamente às luzes no porto, o Secretário Regional refere que o Governo Regional tem estado em contato com a Direção Geral de Faróis para a resolução do problema, tendo sido informado que não está em perigo a operacionalidade do porto.

O deputado **Luís Garcia (PSD)**, reconhece que estão previstos um conjunto de intervenções na orla costeira, referindo-se à existência de uma referência à estruturação de todas as intervenções de proteção costeira, questionando sobre quais as intervenções a realizar na orla costeira, em que ilhas e quais as que serão executadas em parceria com autarquias. Questiona também sobre o desenvolvimento do PEAM, solicitando esclarecimento sobre em que consiste e quando se prevê a sua conclusão. Refere-se ainda à ação inscrita no Plano relativa ao ordenamento do espaço marítimo dos Açores, questionando se o mesmo corresponde ao POEMA.

O deputado **Alonso Miguel (CDS-PP)** questiona, em complemento à intervenção do deputado Luís Garcia (PSD), se foi feito um levantamento sobre todas as situações costeiras dos Açores ou se são apenas casos pontualmente identificados e se há uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

sistematização das intervenções. O **Secretário Regional**, em resposta a ambos os deputados, relativamente à orla costeira elencou as ações que estão previstas em Plano, referindo que as prioridades são as intervenções conducentes à proteção de pessoas e bens, para além de existirem verbas para situações extraordinárias. Quando ao PEAM, refere que foi iniciado em 2016 e que terminará em 2017, que integra a aquisição de serviços muito específicos e técnicos importantes para a estratégia marinha.

O deputado **Jaime Vieira (PSD)**, questiona sobre o ponto situação da intervenção na orla costeira de Rabo de Peixe e se a mesma terminará este ano, bem como quais os cursos a lecionar na Escola do Mar e se há perspetiva de celebração de protocolos com autarquias locais para limpeza da orla costeira.

Em resposta, o **Secretário Regional** informa que a obra de Rabo de Peixe é uma intervenção de difícil execução, estando a segunda fase da mesma em processo de concurso. Ao que se refere à Escola do Mar, informa que estão a ser desenvolvidas as componentes necessárias à certificação da escola, assim como a elaboração do caderno de encargos para os equipamentos. O governante informa ainda que a Escola pretende capacitar pessoas em áreas de atividade associadas ao mar e não apenas na componente da pesca, referindo-se à formação que pretendem desenvolver ao nível da aquacultura. Refere que a formação de marítimos não terá que ser totalmente lecionada na Escola do Mar, sendo certo que as componentes práticas deverão ser realizadas na Escola. Relativamente ao lixo marinho, considera ser um problema que afeta diretamente os Açores, sendo por isso importante continuar-se a promover a sensibilização ambiental nesse âmbito.

O deputado **Alonso Miguel (CDS-PP)** questiona se a Escola do Mar terá a exclusividade na atribuição das cartas marítimas, questionando ainda se há previsão de criação de novos ortofotomapas para a Região, tendo o **Secretário Regional** referido que a secretaria regional tem trabalhado com a Universidade dos Açores sobre o recuo das linhas de costa de forma a minimizar os impactes que daí possam advir, esclarecendo que não há intenção de deter a exclusividade da formação na Escola do Mar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

O deputado **Paulo Parece (PSD)**, questiona se a requalificação prevista em Plano para o portinho de São Lourenço inclui a operacionalidade do mesmo, assim como se está incluído na obra de proteção costeira da Maia, em Santa Maria, a requalificação do pavimento danificado devido à intervenção que está a decorrer, tendo o **Secretário Regional** referido que na altura não estava em condições para responder à questão do portinho de São Lourenço, sendo que relativamente à intervenção no pavimento da Maia será reposta a situação inicial nas áreas de responsabilidade do governo.

c) Audição da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo

Abordando as temáticas relativas ao Ambiente, a Secretária Regional refere que a criação da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo marca a preocupação do Governo Regional em potenciar o crescimento económico dos Açores atendendo à salvaguarda das características que tornam as ilhas diferentes e peculiares a nível mundial. Refere que o Governo Regional defende, por isso, que o desenvolvimento turístico dos Açores passe, obrigatoriamente, por uma oferta ambiental ímpar, aliada à sustentabilidade energética, numa estratégia concertada para salvaguarda dos recursos naturais, que potencia a atividade turística do arquipélago dos Açores como destino de Natureza. Informa que o Plano e Orçamento para 2017 prevê um investimento público de 24.957.808 € para melhorar a sustentabilidade, a utilização dos recursos e as redes do território, sendo que a maior parcela está direcionada para medidas que dizem respeito ao setor do Ambiente, 23.453.098 €, e 1.504.710 € relativos ao setor da Energia.

Relativamente à componente ambiental, refere a governante que a diversidade biológica é um dos principais valores, referindo-se à existência de uma aposta clara em evitar a diminuição da biodiversidade, destacando o trabalho de preservação das espécies endémicas e a estratégia de controlo das espécies exóticas invasoras, nomeadamente, através de ações de recuperação de espécies e *habitats* e da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

implementação de planos de gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera.

Relativamente à água, refere a governante que este é um recurso natural cuja preservação é essencial aos ecossistemas, destacando como prioridade a continuação de recuperação do estado trófico das massas de águas degradadas das lagoas, referindo-se à recente aprovação do Plano de Gestão dos Recursos Hidrográficos que vigorará até 2021, assim como à revisão dos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas das Sete Cidades e das Furnas.

Ao nível da gestão de resíduos, considera importante manter-se a adequada gestão dos resíduos, assim como o incremento da cidadania ambiental, através de políticas de prevenção quantitativa e qualitativa dos resíduos produzidos e diminuição dos impactes ambientais dos produtos ao longo do seu ciclo de vida. Refere que esta realidade, associada à problemática dos efeitos das alterações climáticas, reivindica um adequado planeamento e mecanismos de intervenção ao nível do território, que passam pelo desenvolvimento de sistemas de monitorização e alerta de riscos naturais, destacando a conclusão do Plano Regional para as Alterações Climáticas em 2017.

Realça que esta linha de pensamento será conjugada com o desenvolvimento do Turismo, uma vez que defende um crescimento turístico harmonioso com a natureza, que não ponha em causa a sustentabilidade do destino e a valorização da identidade, sendo por isso uma prioridade a proteção e preservação do património natural e cultural dos Açores, criando condições para que a qualidade de vida das comunidades não seja comprometida.

A Secretária Regional refere o empenho do Governo Regional na continuação da transmissão à sociedade açoriana das externalidades positivas proporcionadas pelo desenvolvimento do sector do turismo, aliado a setores como o Ambiente e a Energia, enquanto motor de desenvolvimento económico, social e cultural dos Açores, fazendo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

jus à expressão “Certificados pela Natureza”, potenciando a harmonia entre a criação de riqueza e emprego na Região, sem perder de vista as implicações do crescimento da atividade turística nos frágeis ecossistemas naturais. Conclui referindo que atuará sempre e, em primeiro lugar, na defesa do património natural dos Açores, que é, constata, a nossa maior riqueza.

Ao nível dos pedidos de esclarecimento, a deputada **Bárbara Chaves (PS)** constata que a Secretária Regional referiu a questão da conclusão do Plano Regional para as Alterações Climáticas ainda este ano, questionando para quando poderemos esperar a sua conclusão, uma vez que, cada vez mais, precisamos de estar alerta para esta problemática. Continua referindo o facto da Secretária Regional se ter referido à importância da biodiversidade e, por isso, na preservação das espécies e controlo das invasoras, questionando sobre que medidas estão previstas neste sentido, terminando a sua intervenção dizendo que atendendo ao trabalho implementado para uma cidadania ambiental cada vez mais ativa, questiona se este será um dos eixos prioritários da secretaria no que diz respeito à gestão dos resíduos.

Em resposta, a **governante** refere que relativamente ao Plano para as Alterações Climáticas este estará concluído em 2017, que incluirá um amplo debate por parte da sociedade civil e que é um instrumento essencial ao nível das políticas públicas. Defende que devemos encarar a questão das alterações climáticas como um desafio para a redefinição e reposicionamento tecnológico, assegurando sustentabilidade nos sectores críticos, equacionando questões importantes em termos energéticos, bens alimentares, salvaguarda de bens de consumo, políticas de utilização de solos. Ao nível da biodiversidade e ao que se refere às invasoras, refere a governante que os bons resultados obtidos através da implementação do projeto do Priolo em São Miguel, são bastante animadores, existindo um conjunto de investimentos previstos em Plano com vista à diminuição das espécies invasoras e dos impactes causados por estas. Em termos de cidadania ambiental, a gestão dos resíduos é fundamental, referindo que a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Região tem um conjunto de legislação que enquadra o modo de gestão desses resíduos, destacando a elaboração do PEPGRA, que estabeleceu metas bastante ambiciosas para a gestão de resíduos que tem que ser cumpridas ao nível da reciclagem e que, segundo os dados disponíveis, revelam que os Açores estão no bom caminho. Refere que, falando relativamente às centrais de valorização energética, compete ao Governo Regional assegurar que as metas estabelecidas são para cumprir.

A deputada **Catarina Chamacame Furtado (PSD)** questiona sobre quais os Planos de Gestão de ilha e Reservas da Biosfera que serão elaborados e porque só agora é que se está a elaborar estes planos. Questiona sobre as medidas existentes para a sustentabilidade dos centros ambientais, questionando quais os instrumentos de gestão territorial que serão revistos. Relativamente à Carta de Solos, questiona se será uma atualização ou elaboração. A **Secretária Regional** em resposta refere que serão revistos todos os Planos de Gestão e Reservas da Biosfera, referindo que em termos de ordenamento do território tem existido muito trabalho e só agora é que é possível elaborar-se estes planos. Relativamente aos centros de interpretação, refere que sua existência é uma mais valia para os Açores, não tendo como objetivo a obtenção de lucro, sendo que o essencial é dar-se a conhecer os locais e as características mais relevantes de cada ilha. Ao nível dos Planos de Ordenamento, em 2017, informa que estão previstos para as Lagoas das Sete Cidades e das Furnas. Relativamente à Carta de Ocupação dos Solos, refere que se trata de uma atualização.

O deputado **João Corvelo (PCP)**, questiona sobre a data de conclusão da selagem da lixeira das Flores, assim como ao projeto da mini-hídrica nas Flores. Questiona quando serão alteradas as viaturas oficiais do governo para carros elétricos. Em resposta, a **Secretária Regional** refere que relativamente à lixeira das Flores, o problema é que a mesma é muito inclinada e o material de cobertura não adere à tela, estando já o projetista a avaliar a situação com vista à sua regularização. Não obstante, refere que os resíduos se encontram confinados. Quando à mini-hídrica [apesar de não estar no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

âmbito das competências desta comissão], refere que a EDA Renováveis solicitou a reativação do projeto e cujo edital aprovado em Conselho de Governo se encontra em fase de publicitação. Quando às viaturas elétricas, refere que existe um programa a iniciar em 2017, que inclui uma atribuição de apoios à aquisição de carros elétricos.

O deputado **João Bruto da Costa (PSD)**, questiona sobre quantas viaturas elétricas serão apoiadas na ilha Graciosa e quais os mecanismos de apoios. Em resposta a **Secretária Regional** [apesar de não constituir matéria da comissão], refere que os apoios a conceder abrangerão todas as ilhas dos Açores, sendo que na ilha Graciosa, devido aos projetos que estão em implementação ao nível da mobilidade elétrica, a existência de carros elétricos pode ser uma experiência muito vantajosa.

A deputada **Catarina Chamacame Furtado (PSD)** questiona sobre quais as lagoas incluídas no controle da biomassa e dos nutrientes previstos no Plano, ao nível da cidadania ativa questiona de que forma se pretende fazer. Questiona igualmente sobre a substituição das viaturas do corpo de vigilantes da natureza, assim como mais esclarecimentos sobre o sistema de ultrassons para controlo das algas e da unidade móvel de filtração de nutrientes também previsto no plano e que foi já contemplado em planos anteriores. Em resposta a **Secretária Regional**, relativamente às questões associadas aos recursos hídricos, refere que em 2017 será aplicado nas Lagoas da Furnas e Sete Cidades, referindo que há que atuar de forma a implementar o projeto que está a ser desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico e, caso se verifiquem resultados positivos, levar essa tecnologia a outras lagoas que carecem desse tipo de tratamento, assumindo que a existência de uma unidade móvel é vantajoso em termos de mobilidade para outras ilhas. Refere que se poderia recorrer a intervenções químicas, mas que se pretende respeitar a integridade dos ecossistemas. Relativamente à cidadania ativa, pretende-se desenvolver ao nível das escolas, na disciplina de Cidadania. Relativamente à aquisição de viaturas para o corpo de vigilantes da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

natureza, atendendo à verba disponível, informa que há a perspetiva de aquisição de mais quatro ou cinco viaturas elétricas, para além das quatro já existentes.

O deputado **Alonso Miguel (CDS-PP)**, questiona se está previsto a existência de algum programa de combate às espécies vegetais exóticas, o que está previsto ao nível da descontaminação dos aquíferos da Praia da Vitória e o que está previsto em termos de centrais hídricas reversíveis. A **Secretária Regional** em resposta informa que estará em elaboração este ano a Estratégia Regional para o Controlo de Espécies Exóticas Invasoras em que serão definidas as medidas a implementar a cada espécie. Relativamente aos aquíferos da Praia da Vitória, a Secretária Regional informou a comissão de que a secretaria acompanha a situação sendo a Presidência do Governo a entidade que faz a gestão desse processo, referindo-se ao relatório recentemente apresentado sobre a matéria que inclui medidas implementadas e outras a implementar. Ao que se refere às centrais hídricas reversíveis [que não é uma competência da comissão], a governante refere que o objetivo é chegar-se a 2020 com a produção 60% de energia renovável, sendo que esse objetivo só é possível se resolvermos o desafio ao nível do armazenamento, que as possibilidades existentes são ou baterias ou hídricas reversíveis, estando pensado instalar-se uma central hídrica reversível em São Miguel e outra na Terceira.

A deputada **Catarina Chamacame Furtado (PSD)** questiona se cairá o PRECEFIAS com a implementação da Estratégia Regional para o Controlo de Espécies Exóticas Invasoras, tendo a **Governante** referido que a Estratégia se trata de uma evolução do PRECEFIAS.

O deputado **João Corvelo (PCP)** refere que os plásticos que estão por cima do coberto vegetal da lixeira das Flores estão a esvoaçar, tendo a **Secretária Regional** indicado que não tem registo de que a tela esteja danificada e que os resíduos estão confinados, sendo que a questão só será totalmente resolvida quando se conseguir fixar o material de cobertura.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

O deputado **João Corvelo (PCP)** questiona sobre a lixeira do Faial quais as medidas a tomar ao nível da selagem da mesma, bem como da possibilidade de se deixar de utilizar herbicidas químicos no controlo de invasoras na ilha das Flores, assim como a possibilidade de se recorrer à introdução de espécies animais no combate às invasoras vegetais. Em resposta a **Secretária Regional** refere que receberam a indicação de que a lixeira do Faial não estava em condições, sendo que a secretaria está a verificar a situação de forma a tomar as medidas que melhor se adequem à resolução do problema, dizendo que, relativamente ao controlo de invasoras, em alguns casos há a necessidade de se recorrer a herbicidas químicos. Quanto à utilização de outras espécies para combate às invasoras, refere que se resultasse seria perfeito, mas que a realidade não é essa e que é de difícil implementação em que se poderia não atingir os resultados esperados.

d) Audição do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Abordando as opções do Governo Regional sobre a temática de Apoio aos Media, nomeadamente as correspondentes ao PROMEDIA, indicou que o PROMEDIA III terminou no final do último ano, estando o governo a ouvir todos os órgãos de comunicação social privados, de forma a conhecer as suas opiniões e alertas ao nível do instrumento financeiro à sua disposição, estando agora em fase de construção o novo diploma que será remetido a Assembleia Regional para análise e votação. Refere que se pretende manter tipologias de apoios que são importantes constar no próximo PROMEDIA, como a modernização administrativa, apoio à difusão e a majoração relativamente à qualificação técnica dos profissionais, bem como a manutenção dos quadros de pessoal. Refere que considera importante que o novo PROMEDIA tenha uma componente relativa à promoção da leitura, assim como a valorização da comunicação social ao nível da ligação das várias ilhas e ligação com o exterior.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Conclui dizendo que promoveu esses contatos sem ter uma ideia pré-definida como poderia ser o próximo PROMEDIA, tendo referido que o *feedback* tem sido positivo.

Ao nível dos pedidos de esclarecimentos, o deputado **Paulo Parece (PSD)** questiona sobre o número de jornais, rádios e jornais online com atividade na Região, o número de jornalistas existentes nesses órgãos de comunicação social e qual o total de apoios concedidos no ano anterior, tendo o **Secretário Regional** referido que poderia remeter posteriormente esses dados.

O deputado **Alonso Miguel (CDS-PP)** questiona se no âmbito das reuniões mantidas com os órgãos de comunicação social, existiram posições de discordância ou se foram pontuais, assim como se foram emitidas divergências entre uns órgãos de comunicação social perante outros que são apenas *online*, tendo o **governante** referido que o *feedback* recolhido é genericamente positivo relativamente à forma com que o PROMEDIA está construído e dividido nos vários eixos. Refere que se nota algumas queixas sobre os apoios que são concedidos e que tem que ser fiscalizados, nomeadamente ao nível da modernização tecnológica, existindo algum desagrado sobre apoios dados aos órgãos de comunicação social digitais, tendo o Secretário Regional referido que há que definir, de uma forma objetiva e clara, o modo de apoio, não podendo fazer-se uma avaliação qualitativa do trabalho de cada órgão de comunicação social. Refere que há que criar um mecanismo de fiscalização mais efetivo de forma a verificar eventuais abusos na utilização dos apoios do PROMEDIA.

O deputado **Alonso Miguel (CDS-PP)** questiona se existiu algum órgão de comunicação social que globalmente esteja insatisfeito, tendo o **governante** referido que não existiu nenhum caso nessas circunstâncias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emite parecer favorável às propostas em apreço, atendendo à análise dos documentos apresentados, assim como às audições dos membros do Governo Regional, que permitiram verificar que as mesmas dão seguimento aos objetivos traçados no Programa do Governo e nos compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista.

Os **Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e BE** abstêm-se com reserva da sua posição para Plenário.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade quer na especialidade, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou:

1. Com os votos do PS a favor da iniciativa e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, CDS-PP e BE, emitir por maioria parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre as Orientações de Médio Prazo para 2016-2020, nas áreas de competência da Comissão;
2. Com os votos do PS a favor da iniciativa e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, CDS-PP e BE, emitir por maioria parecer favorável à aprovação da Proposta de Plano Anual Regional para 2017, nas áreas de competência da Comissão;
3. Com os votos do PS a favor da iniciativa e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, CDS-PP e BE, emitir por maioria parecer favorável à



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

aprovação da Proposta de Orçamento para o ano de 2017, nas áreas de competência da Comissão.

O presente relatório setorial será remetido à Comissão de Economia, para seguimento.

Vila do Porto, 1 de março de 2017

A Relatora,

A handwritten signature in black ink, reading 'Bárbara Torres Chaves'.

Bárbara Torres Chaves

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

A handwritten signature in black ink, reading 'Francisco Coelho'.

Francisco Coelho